

Aonde vamos parar?

por Jaqueline Nogueira de Sá *

Como economistas, a situação do país está ótima, pois são em momentos como esse que a nossa profissão fica em evidência e o profissional torna-se bastante requisitado para o mercado de trabalho, seja para prestar consultorias econômicas, traçar conjunturas, rever expectativas, equilibrar o orçamento das empresas, famílias e/ou governo, seja para conceder entrevistas e pareceres a respeito da atual situação e da questão que “fica martelando” na cabeça das pessoas: aonde vamos chegar? Porém, aí reside um equívoco. Como ocorre com a nossa saúde física, não devemos deixar a doença chegar a um estágio gravíssimo para procurar um médico. Devemos sim é fazer *check ups* regulares e tratamentos preventivos de forma a evitar males maiores, muitas vezes incuráveis, dependendo do estágio que deixamos atingir. Com a saúde financeira e econômica de um país, de uma empresa, de uma família, a regra é a mesma.

Não é nos momentos de crise que temos que fazer alguma coisa para resolver nossos problemas. Pelo contrário, são nos momentos de bonança que devemos fazer uso de consultorias econômico financeiras para preparar o terreno, delinear estratégias e tomar decisões assertivas para que, nos períodos de crise, que são inevitáveis e fazem parte do ciclo de vida econômico, consigamos transpô-la com suavidade e de forma mais tranquila. O fato é que essa cultura de precaução e prevenção ainda não é adotada pela maioria das empresas e das famílias no Brasil. Portanto, aonde vamos parar? Para responder a questão, temos que, primeiramente, entender o atual cenário econômico e como chegamos a ele.

As políticas públicas adotadas ao longo dos últimos dez anos, pelo menos, foram de cunho expansionista, ou seja, aumento da circulação do dinheiro na economia de forma artificial, em grande parte através dos elevados gastos governamentais com políticas públicas, por exemplo, e com subsídio e acesso facilitado ao crédito. Com dinheiro “na mão”, estimulamos o consumo de massa. Consequentemente, incitamos o aumento da produção, tendo em vista que o mercado está sinalizando necessidade de bens, produtos e serviços, visto que no Brasil existe demanda reprimida pelos mesmos. Esse cenário, aparentemente maravilhoso, não é sustentável em longo prazo. Como foi falado anteriormente, trata-se de uma situação construída artificialmente, e não um movimento natural de ampliação da capacidade da economia. Portanto, chegamos nesse momento em que o modelo econômico atual se esgotou.

Assim, vivemos num processo inflacionário que, atrelado à especulação, movimento natural num país como o Brasil, que possui esse histórico, repercute com mais força sobre outras variáveis macroeconômicas – alta da taxa de juros; redução de investimentos produtivos, tanto privados internos e/ou externos, quanto públicos; desaceleração do crescimento econômico; demissões; inadimplências; desvalorização cambial; entre outros. Vale lembrar que vivemos num período de crise não só econômica, mas também política. Essa, por sua vez, vem a somar aos problemas econômicos já anunciados, fazendo com que os mecanismos de ajustes a disposição do governo tornem-se, de certa forma, inoperantes. Vale lembrar que essa crise econômica não é nova, ela já foi anunciada, apenas não se podia afirmar com exatidão a data em que seus sintomas iriam ser sentidos de forma mais severa e ampliada.

Sendo assim, a resposta para a pergunta levantada dependerá das políticas públicas traçadas pelos nossos governantes, a partir do entendimento desses da razão da crise, e da receptividade da comunidade nacional e internacional. Lembra-se que é a partir de um bom diagnóstico da nossa atual situação que o tratamento, ou seja, as políticas públicas poderão ser traçadas e prescritas. Tais políticas precisam atingir tanto as causas conjunturais – controle da elevação dos preços, dos juros, do câmbio – quanto as estruturais – reformas institucionais de cunho político e tributário, prioritariamente. Apenas com essas reformas conseguiremos construir um terreno favorável e necessário ao crescimento e desenvolvimento econômico elevado e sustentado, sem retrocessos.

* Economista e professora da FAHOR. Horizontina, RS, 01 de outubro de 2015.